



## ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMAM

**LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA/ LICENÇA AMBIENTAL  
DE INSTALAÇÃO**

Nº 15/2024



A Secretaria do Meio Ambiente – SEMAM, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3945 de 2016, Lei Complementar nº 57 de 2019, e Resolução CONSEMA nº 193 de 2022, com base no processo de licenciamento ambiental nº 8.532/2024 e parecer técnico nº 16/2024, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA/LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO à:

### 1. EMPREENDEDOR

Nome: TAI EMPREENDIMENTOS LTDA.  
Endereço: Rua 1301, nº 471, Sala 1803, Centro  
CEP: 88338-795 Município: Balneário Camboriú Estado: SC  
CPF / CNPJ: 44.348.338/0001-04

### 2. PARA ATIVIDADE DE

Atividade: 71.11.07 - CONDOMÍNIOS DE EDIFÍCIOS DE USO MISTO  
Empreendimento: COLLINA DEL MARE  
Porte: Pequeno  
Potencial Poluidor Geral: Médio

### 3. LOCALIZADA EM

Endereço: Rua Bulgária, nº 8575, Bairro das Nações  
DIC: 18133/18137/18138  
CEP: 88338-325 Município: Balneário Camboriú Estado: SC  
Coordenada Plana (UTM - SIRGAS 2000): (X): 733901,39 – (Y): 7012827,53

### 4. DA VIABILIDADE E INSTALAÇÃO

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade locacional, autoriza a instalação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

### 5. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

5.1. Nome do Empreendimento: Collina del Mare  
5.2. Zoneamento Urbano: ZACC-III-A  
5.3. Área do terreno: 937,50 m²  
5.4. Matrícula da propriedade: nº 29.547  
5.5. Área total: 4.881,17 m²  
5.6. Número de blocos: 01  
5.7. Unidades: 28 residenciais e 01 comercial  
5.8. Número de pavimentos: 04  
5.09. Necessidade de supressão vegetal: Sim  
5.10. Drenagem pluvial: Atendido pela rede pública de drenagem ambiental  
5.11. Efluentes sanitários: Atendido pela rede pública de coleta e tratamento de esgoto  
5.12. Resíduos Sólidos: Atendido pela empresa concessionária de coleta de resíduos sólidos do municípios  
5.13. Abastecimento de água: Atendido pela empresa de saneamento municipal

### 6. PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS

6.1. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL – PGRCC  
6.2. PROGRAMA DE COLETA SELETIVA  
6.3. PROJETO DE ARBORIZAÇÃO URBANA  
6.3.1 Serão plantados 02 (dois) exemplares em áreas públicas: *Paubrasilia echinata* (02)

### 7. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

7.1 ART nº 9127054-1 (CREA-SC 109834-7-SC)  
Responsável técnico: Gustavo Rohden Echelmeier  
Atividades: Relatório Ambiental Prévio (RAP), Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), Plano de Gestão Ambiental (PGA)

7.2 ART nº 8888046-8 (CREA-SC 143762-0-SC) Responsável técnico: André Buchele Atividades: Instalação Hidrossanitária (projeto), Instalação de Prevenção de Combate a Incêndio e Pânico (projeto)
7.3 ART nº 9127181-8 (CREA-SC 157878-3-SC) Responsável técnico: Gilmar Edson Koeddermann Atividades: Declaração de viabilidade quanto a alagamentos e inundações
ART nº 8353903-8 (CREA-SC 099203-7-SC) Responsável técnico: Jorge Luiz de Souza Atividades: Projeto arquitetônico
RRT nº 13538592 (CAU 000A685585) Responsável técnico: Anderson Mingotti Carpen Atividades: Execução da obra, Estruturas de concreto (execução), Instalação hidrossanitária (execução), Instalação de Prevenção de Combate a Incêndio e Pânico (execução), Implantação de sistema de coleta de resíduos sólidos, Projeto de arquitetura paisagística

## **8. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS E CONDICIONANTES**

**8.1.** Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Operação – LAO, nos termos da Instrução Normativa nº 06 do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, durante o período de vigência da LAP/LAI.

**8.2.** A Licença Ambiental viabiliza a localização, concepção e instalação do empreendimento quanto aos aspectos ambientais e não dispensa nem substitui Alvarás, Autorizações e/ou Certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal.

**8.3.** O empreendedor é o responsável pelo cumprimento das condições específicas e condicionantes dispostas na Licença Ambiental, devendo ser mantida cópia deste documento no local durante a instalação da atividade, sendo imprescindível que todos os profissionais envolvidos no empreendimento tenham conhecimento do exposto neste documento.

**8.4.** A presente licença não autoriza a supressão de vegetação nativa.

### **8.5. Quanto à movimentação de solos**

**8.5.1.** O empreendimento não prevê atividades de terraplanagem ou rebaixamento do lençol freático.

### **8.6. Quanto aos resíduos sólidos**

**8.6.1.** O Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) deverá ser mantido com acompanhamento de responsável técnico durante toda a validade da Licença Ambiental, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

**8.6.2.** Os resíduos da construção civil gerados durante a implantação da atividade deverão ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA no 307/2002 e suas alterações, sendo corretamente segregados e destinados.

**8.6.3.** Deverão ser implantados locais específicos de separação dos resíduos gerados durante todas as fases da obra de implantação, até sua destinação final, conforme NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT.

**8.6.4.** Resíduos perigosos deverão ser armazenados em local com piso impermeável, cobertura e dispositivo de contenção.

**8.6.5.** Deverá ser realizada capacitação periódica dos funcionários envolvidos no gerenciamento de resíduos. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta o empreendedor da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

**8.6.6.** Todos os profissionais direta ou indiretamente ligados ao manuseio de resíduos deverão ser submetidos a treinamento e capacitação.

### **8.7. Quanto ao abastecimento de água**

**8.7.1.** O abastecimento de água será realizado pela EMASA.

**8.7.2.** A presente licença não autoriza a perfuração ou utilização de poços para captação de água.

### **8.8. Quanto aos efluentes líquidos**

**8.8.1.** No canteiro de obras, os efluentes sanitários deverão ser encaminhados à rede de coleta municipal da EMASA.

**8.8.2.** A lavagem de materiais contaminados, como pincel e latas de tintas não secas, deverá ser realizada em tanques isolados, devendo seus resíduos (sólidos e líquidos) ser posteriormente destinados a empresas licenciadas.

**8.8.3.** A rede hidrossanitária deverá ser instalada conforme projetos aprovados, sendo os efluentes sanitários gerados na fase de operação encaminhados para a rede de coleta pública da EMASA.

**8.8.4.** Deverão ser instaladas caixas de retenção de gordura para todos os ambientes que possuem pias de cozinha ou que produzam efluentes com gordura, previamente a sua ligação à rede coleta de esgotos.

### **8.9. Quanto à drenagem pluvial**

**8.9.1.** O sistema de drenagem pluvial deverá ser instalado conforme projeto aprovado pela Prefeitura.

**8.9.2.** Deverá ser instalado sistema de coleta e reaproveitamento da água da chuva para a limpeza das áreas comuns.

### **8.10. Quanto à arborização**

**8.10.1.** O empreendedor deverá executar o projeto de arborização no prazo de validade desta licença.

**8.10.2.** O projeto prevê o plantio de 02 exemplares em áreas públicas.

### **8.11 Quanto à fauna:**

**8.11.1.** Havendo necessidade de resgate/relocação da fauna, este deverá ser realizado sob orientação e acompanhamento técnico de profissional habilitado.

#### **8.12. Quanto à prevenção da poluição:**

8.12.1. O empreendedor deverá executar e manter todos os programas ambientais propostos.

8.12.2. Caso ocorram vazamentos no solo, o solo contaminado deverá ser removido e armazenado temporariamente em recipiente fechado de uso específico, devendo ser destinado de maneira ambientalmente correta.

8.12.3. Deverão ser respeitados os horários de pressão sonora estabelecidos pela Lei Municipal 2377/2004.

8.12.4. Deverá ser realizada a limpeza dos pneus na saída dos canteiros de obras.

8.12.5. As atividades deverão ser executadas de forma a minimizar o lançamento de materiais particulados (poeiras e gases), adotando as medidas de controle necessárias e devidamente supervisionadas por responsável técnico, incluindo o uso de aspersão de água quando necessário.

8.12.6. Todos os equipamentos utilizados devem ser mantidos em perfeito estado de funcionamento.

8.12.7. Em caso de emergência, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

**8.13.** Deverão ser apresentados, **até o dia 31 de março de cada ano**, durante toda a fase de instalação, relatórios técnicos de controle e acompanhamento do cumprimento das condições específicas e condicionantes da licença ambiental. Os relatórios deverão conter, no mínimo: I) Cópias dos Manifestos de Transporte de Resíduos e Rejeitos – MTR e dos Certificados de Destinação Final – CDF; II) Cópias dos relatórios periódicos de execução dos planos e programas propostos; III) Cópia das ARTs dos profissionais responsáveis pela execução dos planos e programas propostos; IV) Cópia das licenças ambientais vigentes das empresas responsáveis pela coleta, transporte e destinação final dos resíduos gerados; V) Cópias das análises de medição de ruídos realizadas; VI) Relatório Fotográfico do cumprimento das condicionantes; VII) Outros documentos comprobatórios pertinentes.

**8.14.** Deverá ser afixada no local da obra, e mantida em boas condições durante toda a fase de implantação do empreendimento, placa alusiva à licença ambiental, contendo minimamente as seguintes informações: Nome/Razão social do empreendedor, CNPJ, atividade, responsável técnico, número da licença ambiental, número do processo e o prazo de validade da licença.

#### **9. CONDIÇÕES GERAIS**

9.1. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEMAM.

9.2. A SEMAM, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;

A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;

Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

9.3. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.

9.4. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados à SEMAM no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

#### **10. CONDIÇÕES DE VALIDADE**

##### **10.1. Condicionantes específicas**

10.1.1. Deverá ser realizado, antes do início das obras, laudo de vistoria cautelar de vizinhança nos imóveis lindeiros, abrangendo minimamente:

10.1.1.1. Estado construtivo atual das edificações, existência ou não de rachaduras em paredes, em vidraças, árvores inclinadas, jardins, cercas, etc.;

10.1.1.2. Existência de canalizações de água, esgoto, eletricidade ou outro, que por algum motivo ultrapasse as linhas de divisa;

10.1.1.3. Entradas/saídas de garagens ou outras que possam conflitar com o espaço da obra;

10.1.1.4. Ocorrência ou não de escorregamentos em tempos passados e a localização.

10.1.2. Deverão ser observados e implementados todos os Controles Ambientais.

10.1.3. Deverão ser observados e implementados todos os Planos e Programas Ambientais propostos.

10.1.4. Deverá ser afixada no local da obra e mantida em boas condições durante toda a implantação do empreendimento placa alusiva à licença ambiental, contendo como informação o nome e CPF/CNPJ do empreendedor, tipo e número da licença ambiental, número do processo e o prazo de validade da licença.

10.1.5. Situações anormais de operação e de monitoramento dos sistemas de controle ambiental deverão ser comunicadas imediatamente, informando as medidas corretivas adotadas.

10.1.6. Não será admitido o lançamento ou disposição de nenhum efluente sem tratamento ou resíduos sólidos em cursos de água ou solo exposto.

##### **10.2. Relatórios Anuais**

10.2.1. Deverão ser apresentados relatórios anuais (protocolo até último dia útil do mês de março do ano seguinte) contendo:

10.2.1.1. Cópias dos Manifestos de Transporte de Resíduos e Rejeitos – MTR e dos Certificados de Destinação Final – CDF, emitidos pelo Sistema MTR do IMA, dos resíduos sólidos da construção civil gerados durante a implantação do empreendimento, acompanhados de fotocópia das licenças ambientais das empresas responsáveis pela sua coleta/transporte e destinação final. Recibos simples não serão aceitos.

10.2.1.2. Comprovante de implementação das medidas de Controle Ambiental e dos Planos e Programas Ambientais propostos.

10.2.2. Os relatórios deverão ser devidamente formatados, datados e assinados.

10.2.3 Os Relatório Anuais, bem como quaisquer documentos referentes a este processo de licenciamento, devem ser encaminhados via Protocolo nº 8.532/2024 do Sistema 1Doc.

## 11. CONDIÇÕES PARA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO (LAO)

11.1. Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Operação – LAO conforme Instrução Normativa Nº 06 do IMA, juntamente aos documentos listados abaixo:

11.1.1. Relatório técnico de controle, acompanhado de registro fotográfico, apresentando o efetivo cumprimento dos planos e programas propostos no licenciamento ambiental efetivo cumprimento das condições específicas da LAP/LAI.

11.1.2. Relatório contendo resumo da movimentação de resíduos sólidos da construção civil (classes A, B, C e D), acompanhado dos MTRs e os CDFs, emitidos pelo Sistema MTR do IMA e de fotocópia das licenças ambientais das empresas responsáveis pela coleta e destinação final dos resíduos. Recibos simples não serão aceitos.

## PRAZO DE VALIDADE

(48) meses, a contar da data da assinatura.

Declaro que as informações constantes nesta Licença são verdadeiras e autênticas.

Balneário Camboriú,	13	maio	2024
Local	dia	Mês	Ano

\_\_\_\_\_  
Eduarda Montibeller Schuch  
Secretária Interina de Meio Ambiente  
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

## OBSERVAÇÕES

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Esta licença não autoriza a operação do empreendimento.

V. A Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAP/LAI.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a SEMAM sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/empreendimento licenciado por este documento.